



LIVRO DE MEMÓRIAS DOS KAINGANG DO PARANÁ

VĚNHRÁ TAG VỸ TỸ PARANÁ KĀKI KANHGÁG
AG JIKRE KĀME NĪ

Ariadne Dall'acqua Ayres
Fernanda da Rocha Brando

LIVRO DE MEMÓRIAS DOS KAINGANG DO PARANÁ

VĚNHRÁ TAG VỸ TỸ PARANÁ KĀKI KANHGÁG AG JIKRE
KĀME NĨ

Organizadoras

Ariadne Dall'acqua Ayres
Fernanda da Rocha Brando



LIVRO DE MEMÓRIAS DOS KAINGANG DO PARANÁ

VĚNHRÁ TAG VŤ TŤ PARANÁ KĀKI KANHGÁG AG JIKRE
KĀME NĪ

Organizadoras

Ariadne Dall'acqua Ayres
Fernanda da Rocha Brando





Universidade de São Paulo

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Pró-Reitor de Graduação Prof. Dr. Aluísio Augusto Cotrim Segurado

Pró-Reitor de Pós-Graduação Prof. Dr. Márcio de Castro Silva Filho

Pró-Reitor de Pesquisa Prof. Dr. Paulo Alberto Nussenzveig

Pró-Reitora de Cultura e Extensão Profa. Dra. Universitária Marli Quadros Leite

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto – FFCLRP

Diretor Prof. Dr. Marcelo Mulato

Vice-Diretor Prof. Dr. John Campbell McNamara

Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada – FFCLRP

Coordenador: Prof. Dr. Milton Groppo Júnior

Vice Coordenador: Prof. Dr. Thomás Domingues

Secretária: Vera Cássia Cicilini de Lucca

ORGANIZADORAS

Ariadne Dall'acqua Ayres, Fernanda da Rocha Brando

PESQUISA ANTROPOLÓGICA, COLETA DAS NARRATIVAS, CONCEPÇÃO E APRESENTAÇÕES

Ariadne Dall'acqua Ayres

AUTORES

Ariadne Dall'acqua Ayres, Florencio ReKay Fernandes, Fernanda da Rocha Brando e Narradores indígenas.

TRADUÇÃO KAINGANG

Fátima koyo Lourenço

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Amanda Araujo Godoy



Esta obra é um produto da dissertação de Ariadne Dall'acqua Ayres, depositada junto ao Programa de Pós Graduação em Biologia Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo.

Este material foi desenvolvido com financiamento do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (PROEX/CAPES), por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada da Universidade de São Paulo (PPGBC/USP).

Copyright © Universidade de São Paulo

TEXTO

Ariadne Dall'acqua Ayres, Fernanda da Rocha Brando

PROJETO GRÁFICO

Amanda Araujo Godoy

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

**Livro de Memórias dos Kaingang do Paraná /
Organizado por Ariadne Dall'acqua Ayres, Fernanda
da Rocha Brando. -- Ribeirão Preto: Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras, 2022. p.68: il.**

ISBN-e 978-65-88082-07-2

DOI 10.11606/9786588082072

**1. Povos indígenas. 2. Relação ser humano-natureza.
3. Juventude indígena. I Ayres, Ariadne Dall'acqua, org. II
Brando, Fernanda da Rocha, org.**



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA OBRA	9
NÉN HAN JA KÂME	13
HISTÓRIA DE ORIGEM E ASPECTOS DO POVO KAINGANG	15
O CONHECIMENTO TRADICIONAL E RELAÇÃO COM A NATUREZA	25
ENÁRIO ATUAL A MENSAGENS PARA A JUVENTUDE KAINGANG E AOS NÃO-INDÍGENAS	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA OBRA	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	49
SOBRE OS AUTORES	51





APRESENTAÇÃO
DA OBRA

O povo Kaingang é normalmente reconhecido pela sua grande população, sua ampla distribuição territorial – sobretudo pelos estados do Sul do Brasil – e os traços culturais ricos, que tornam seus indivíduos tão singulares e cheios de narrativas para compartilhar. Esses foram alguns dos aspectos que despertaram minha curiosidade para conhecer mais sobre esse povo originário tão notável e que dominou tecnologias ancestrais refinadas, tais quais as casas subterrâneas.

Em 2020 ingressei no Mestrado com o forte interesse em estudar a relação dos Kaingang com a biodiversidade, com a expectativa de conhecer, visitar e vivenciar a cultura e tantas histórias de vida de seus membros, porém a pandemia de COVID-19 começou e se intensificou muito rápido e de maneira brutal, tornando inviável um trabalho de campo presencial, próximo a esses sujeitos. Com a curiosidade ainda muito aguçada, decidi tentar contatar alguns indígenas pelas redes sociais, contando com a ajuda deles próprios para me indicarem quem poderia conversar comigo e compartilhar um pouco de suas experiências de vida.

Durante 2020 e 2021, após a aprovação dos comitês de ética responsáveis e com as devidas autorizações dos Kaingang, realizei diversas entrevistas, conversas e trocas de ideias, em que aprendi muito mais do que eu poderia simplesmente encontrar na literatura, me emocionei com diversos relatos e, além dos temas que eu tinha interesse para a pesquisa, pude conhecer um pouco da relação íntima guardada com a natureza e o quão indissociável é a vida do Kaingang com todos os elementos que o cercam.

Em minha dissertação (AYRES, 2022) pude apresentar alguns dados relativos principalmente às interações ser humano-natureza e os desdobramentos dos conhecimentos, práticas e valores do conhecimento indígena para a conservação da biodiversidade. Além disso, foi possível explorar os desafios da presença indígena na universidade, destacando o aumento dos acadêmicos indígenas nos últimos anos, o desenvolvimento de pesquisas que beneficiam suas comunidades e enaltecem sua cultura e os saberes ancestrais; mas também mostrando os desafios e preconceitos enfrentados nesse espaço e a importância do uso do espaço universitário também para a troca de experiência com sujeitos de outros povos e o fortalecimento da identidade indígena.

Mesmo após as coletas de dados formais, parte fundamental da minha pesquisa, continuei acompanhando e conversando com diversas pessoas incríveis, que fazem o que podem e como podem para apresentar a quem quiser, todo o seu potencial, a história, os costumes, as tradições e a importância de existirem. Sabe-se que ainda não há uma conscientização da população sobre o papel fundamental dos povos originários no nosso país, motivo pelo qual os indígenas precisam resistir e reafirmar sua história e importância a todo momento e em todos os espaços que ocupam.

Perante a esse contexto da pesquisa, as inúmeras informações e narrativas que foram compartilhadas comigo, fiquei me questionando se não seria muito limitado apresentar estas histórias e sabedorias apenas no contexto acadêmico, com a publicação de trabalhos científicos, permeados pela minha visão não-indígena e pela literatura científica. Sei bem do papel fundamental da Ciência em evidenciar e divulgar seus dados, sobretudo no caso de pesquisas que envolvem diretamente populações indígenas, no intuito de que nossos resultados e considerações sejam utilizados para impulsionar a criação de políticas públicas que realmente colaborem para a manutenção de seus modos de vida. No entanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, questioneei: qual a contribuição direta que meu estudo poderia oferecer ao povo Kaingang, além da difusão de sua importância no âmbito da Ciência?

Desse questionamento surgiu a ideia de organizar esta obra, que fosse realmente um Livro de Memórias de uma pequena parte do imenso conhecimento Kaingang, das histórias que os rodeiam e as experiências vivenciadas por alguns representantes desse povo. Assim, destaco que esse livro se dedica a registrar e evidenciar as palavras e memórias individuais e coletivas dos indígenas, com o mínimo possível de interpolação com considerações de autores não-indígenas, para que por muitas gerações, quem quiser possa acessar estas informações, conhecer e enaltecer o povo Kaingang.

Evidencia-se que as narrativas aqui apresentadas em forma de texto único, foram coletadas, gravadas, transcritas e categorizadas durante o Mestrado e para a composição deste livro, os capítulos foram organizados por. Deste modo, os autores dos capítulos são compostos pelos pesquisadores

organizadores e também por aquelas pessoas que forneceram as narrativas que o compõe, os quais autorizaram o uso e registro de seus relatos e a devida autoria.

Considerando esses objetivos, esta obra foi produzida especialmente para essas comunidades indígenas com o apoio de autores Kaingang que guardam ligação com as terras de Faxinal (PR), Rio das Cobras (PR), Mangueirinha (PR), Kakané Porã (PR) e Chapecó (SC), falando sobre suas experiências de vida. Assim, espera-se que possa contribuir para o fortalecimento e visibilidade ampla dos conhecimentos e tradições Kaingang, especialmente enquanto apoio pedagógico para as escolas situadas dentro desses territórios.

Ariadne Dall'acqua Ayres



NÉN HAN JA KĀME

Hỹ kanhgág ag e pē tigrīn ag tóg ag ki kanhró nātīg tī, ag ga tóg e pē nī - Sul no Brasil ki- kar ēg si ag kāme tigrīn, hā kỹ tag tigrīn ag kāme tóg e nīgtī ag tỹ ēg kāmén ti. Ag kāme tag hā tigrīn sóg ag kāme jēmē há han sór mū, ag jikre si tóg mē sér tī, nén si kāme mēg sóg mū, ag ĩn tỹ ga nor kākī hyn han ja kāme kī gé.

Hỹ 2020 kã inh sóg inh mestrado han mū, hāra sóg kanhgág ag kāme ki kanhrān sór mū, ag ve sór sóg mū, ag to sóg pasa sór mū, ag mré sóg ky nē tī sór mū, sỹ ag jikre, ag kāme ki kanhrān sór kỹ, hāra pandemia tag tóg inh kókég mū, ti tỹ ēg kri rüm ke tỹ mrāhn ken kỹ, COVID -19 he mū tag ti, kỹ sóg kanhgág ag jamā ra tī tũ nī sīr, ag mré sóg jē tũ nī. Hāra tóg inh sỹ ag ki kanhró nīnh há tī vē, kỹ sóg redes sociais ki rã kỹ kanhgág ũ ag mré vī mū, ag tỹ inh mré vēmén ti jé, ag tỹ inh mỹ ag kāme, ag jikre to tó jé sir.

Kỹ 2020 kar 2021 kã, inh vēnhrá ki rīr ag tóg inh mỹ ha kanhgág ag kāme ti to han he mū, kỹ sóg kanhgág ũ ag mré vī mū, kỹ ag tóg inh mré to vēmén mū sir, ag kāme kar ag jikre ti to, ag mré sóg vēmén mū, kỹ tóg inh mỹ sér tī, nén e pē ki sóg kanhrān mū, ag tỹ inh mỹ vēmén kỹ tóg inh mỹ kaga tī é, inh sỹ nén mē sór mū mēg sóg mū, kanhgág ag tỹ nén to há ěn mēg sóg mū, nén tỹ ag péñin nātī ěnē tóg tỹ ag mỹ ag fe nī, ag tỹ nén tigrīn rīr nī mū vē ag mỹ, nén ag to ke vē.

Inh vēnhrá tag (AYRES, 2022) kākī sóg, kanhrān mág, ag tỹ nén to ēg Fe vē he mū tag tóg, tỹ ag mỹ nén mág nī, kākī ag tóg nén e ki kanhró nātī, ki ag tóg rīr tī, ag jagrē tóg kākā nī, hā kỹ ag tóg nēn ti ki rīr he ja nīgtī. Kar kỹ sóg ěmā mág tá vēnh ránrán tī ag kāme jēmēg mū gé, ag tỹ nén mī mū tī kī gé, ũri indígenas ag tóg e tīgtī ěmā mág kākī vēnh ránrán tī ag, ag tỹ nén to vēnn ránrán tī to sóg jēmēg mū gé, hāra ag tóg ag jamā kākī, to jikrén kỹ vēnh ránrán tī; kar kỹ ag tóg, ag tỹ nén mī mū tī to tó mū gé, ěmā mág ti tá, ag vēnh ránrán jǎfǎ ti tá, ag tỹ nén e ki kanhrán kỹ tóg ag mỹ ha tī, ag tỹ ag tar ven ti kỹ tóg ag mỹ sér tī.

Inh sỹ inh venrá kãn mūra sóg, inh sỹ ũn mré vēmén mū ag mré vēmén tī vere, tỹ ag tóg vēnh kanh kãn ha pē nātī, ag mỹ tóg sér tīg tī, ag tỹ ēg si ag kāme to to ti kỹ, ã tỹ ag mré vēmén kỹ, ag tóg ã mỹ nén e pē to tónh ke mū

sir, ěg si ag, ag jĕn, ag tŷ ga kri mŷ, ag tŷ nĕn han tŷ, kŷ tóg ag mŷ sér tŷgtŷ. Hĕra tóg vere vĕnhřá tŷ ag mŷ, tŷ ĕjag ga tag kri ke ve nĕtŷ he tŷ nŷgtŷ, hĕ kŷ ag tóg vĕsĕnsĕn mŷg tŷ, ag tŷ ag jikre si tŷ tŷ he tŷ nŷ jĕ, ag kĕme tŷ tŷg tŷ nŷ jĕ ag tŷ ĕmĕ tá mŷmŷ tá.

Inh sĕ nĕn han mŷ tag kĕki, sĕ nĕn e mĕ ja, kar ag tŷ inh mŷ tug tó jĕ ti,

Kŷ sóg mŷ inh sĕ inh vĕnhřá tag hĕ ki to kŷ hĕ nŷnh nhŷ vŷ he mŷ, vĕnhřá hyn han jĕ tag ti, inh sŷ tŷ fóg nŷ kŷ, kar venhrá ki rĕgrĕ tag ag. Fóg ag tŷ vĕnhřá tag to jikre ki sóg kanhrĕ pĕ nŷ, ag tŷ to tó sór kŷ gĕ, hĕra vĕnhřá tag tóg indŷgenas ag to tó kŷ nŷ, ěg tŷ nĕn nón mŷmŷ tóg ki rĕn kŷ nŷ, inh sŷ nĕn tug nŷn vĕnhřá tag han mŷ tóg tŷ, sŷ ag jikre ki kag tŷg he tŷ nŷ jĕ ke nŷ. Inh vĕnhřá tag kĕki sóg nĕn e pĕ jĕmĕg mŷ: Inh he ri ken kŷ kanhgág ag mrĕ vĕsĕn nŷ he sóg mŷ.

Inh sŷ nĕn jĕ mĕg mĕg ja tug nŷn sóg, vĕnhřá tag hyn hĕ han sór mŷ, tŷ sóg vĕnhřá tŷ kanhgág ag kĕme han mŷ sir, ag kĕme, ag jikre kar nĕn tŷ ag penŷn nĕtŷ ĕnĕ, ěg si ag tŷ nĕn mŷ mŷ ja ĕnĕ. Kŷ inh vĕnhřá tag tóg tŷ indigenas ag kĕme nŷ, fóg ag to tóg tó sŷ pĕ han kŷ nŷ, kanhgág ag vŷ hĕ tóg kĕki e pĕ nŷ.

Nĕn tŷ vĕnhřá tag kĕkĕ nŷ mŷ tag tóg tŷ, sŷ inh mestrado kĕki jĕ mĕg mĕg ja rĕnrĕn ja nŷ. Ũn tŷ inh mrĕ vĕnhřá tag ki krukróm mŷ tóg tŷ kanhgág ŷ nŷ. Kŷ inh mrĕ vĕnhřá tag han mŷ ag tóg inh mŷ, ha ĕ vĕnhřá tŷ ja tun mŷ han he mŷ.

Kŷ sóg inh vĕnhřá ti kĕn mŷ sir, kŷ indŷgenas tŷ inh mrĕ han mŷ tag ag jamĕ tóg tŷ tag ag nĕtŷ, kanhgág ag vĕ, kŷ ĕmĕ tŷ Faxinal (PR), Rio das Cobras (PR), Mangueirinha (PR), Kakanĕ Porĕ (PR), kar Chapecó (SC), ag tŷ nĕn mŷ mŷmŷ to ag tóg tó mŷ. Kŷ sóg tag tŷgrŷn ag tar han mĕn sór mŷ, ag tŷ ag jikre si tovĕnh tŷ nŷ jĕ, ag tŷ nĕn ki kanhró ĕnĕ, kar ag vĕnh grĕn, ag tŷnh kŷ gĕ, kahngág ag vĕnhřá tag tóg tŷ, ag jamĕ kĕki ke ag mŷ ke nŷ gĕ, vĕnhřĕrĕn tŷ ag mŷ.

Ariadne Dall'acqua Ayres
Tradução para o Kaingang: Fátima koyo Lourenço



HISTÓRIA DE
ORIGEM E
ASPECTOS DO
POVO KAINGANG

Fátima koyo Lourenço, Mirian Guimarães de Freitas, Camila Míg Sá dos Santos da Silva, Regina Aparecida Kosi Dos Santos, Vanessa Neres, Rosângela Vãnkam Inácio, Ariadne Dall'acqua Ayres

Como diversas sociedades do globo, o povo Kaingang também possui sua própria cosmologia, histórias e tradições. As práticas e valores desse grupo são muitas vezes regidos pela dualidade trazida por sua história de origem, principalmente ao olhar para a relação com os elementos naturais, a fauna e a flora. Ainda que se encontrem duas histórias que se misturam, a origem dos gêmeos ancestrais Kamé e Cairu é marcada pela oposição entre as características dos irmãos. Assim relata-se:

Saídos do fundo da terra, de dentro de uma montanha, após haver um dilúvio [informação essa que pode ter surgido do sincretismo religioso com a história cristã], um dos gêmeos, Kamé, saiu primeiro da montanha quando a água abaixou, durante o dia, e logo subiu nos galhos das árvores, as cunheiras, assim conta-se que seus descendentes são os bugios, os macacos. Quando Kamé e seus descendentes saíram, logo que o sol nasceu os raios tocaram seus rostos e corpos, de maneira que esses raios refletissem e tivesse origem da marca desse clã, as linhas compridas, abertas. Assim, reconhecem-se os animais e plantas criados por esse irmão por seus sinais que seguem as marcas dos raios de sol, tal qual o tigre, as araucárias e todos os outros elementos que são compridos e abertos.

Quando da saída do segundo irmão da montanha, logo que anoiteceu, a luz da lua refletiu em seus corpos, fazendo com que suas marcas fossem fechadas, tal qual bolinhas. Da mesma maneira, os Kaingangs reconhecem que aqueles animais e plantas que possuem essas formas foram criados por Kairú, como a onça e o cedro. Sabendo que a fauna e a flora estavam sendo desenhados a partir da cinza do carvão consumido pelo fogo, ao final das criações já não sobrava mais cinzas, então Kairú juntou uma quantidade de barro e fez a anta, assim até hoje conta-se que esse é um animal sem marcas.

A história de origem marcada pela saída dos irmãos ancestrais de dentro das montanhas mostra-se tão significativa ao povo Kaingang, que é importante destacar que antigamente as moradias eram caracteristicamente as casas

subterrâneas, que além de contribuírem para a manutenção da temperatura do interior, também fazia referência a ligação com a terra e a origem de dentro da terra.

Observando que os irmãos são complementares – um do sol, outro da lua; um do dia, um da noite – entende-se que seus descendentes também são complementares, de maneira que os casamentos Kaingang até hoje são feitos preferencialmente de maneira que as mesmas marcas não se casem, considerando também que aqueles que descendem de um mesmo gêmeo são todos parentes. A marca é passada sempre pelo pai, portanto um filho de pai Kamé com mãe Kairú herdará a marca Kamé e a passará aos seus descendentes. A oposição e complementaridade é vista como vantajosa, de forma que até mesmo dentro das comunidades busca-se sempre que as lideranças também sejam de clãs distintos.

De origem do gêmeo ancestral Kamé, a araucária, também conhecida como pinheiro-do-Paraná, é um dos elementos principais da cultura Kaingang e com distribuição coincidente com as terras indígenas desse povo. É difundida a ligação entre a gralha azul e a dispersão das sementes dessa árvore, os pinhões, porém, a história dos Kaingang revela que os representantes indígenas ao migrar de territórios costumavam levar pinhões no bolso, para alimentação e trocas, o que também se caracterizaria como um tipo de reflorestamento e aumento da biodiversidade dessa árvore.

Acrescenta-se que pelo hábito seminômade característico dos Kaingangs do passado, conta-se que a distribuição de seus territórios e das araucárias se seguiam, aumentando a quantidade de pinheiros em áreas que seus representantes se encontravam, mas também guiando a escolha por novas áreas a serem ocupadas. Dessa maneira, narrar-se que desde sempre o pinheiro protege as comunidades, além do elemento cultural, também há relatos sobre o poder curativo que ela exerce a esse povo, como por exemplo o uso da casca da araucária em cortes e ferimentos, por auxiliar uma rápida e eficaz cicatrização da pele.

A relação entre os Kaingang, a gralha azul e a araucária ficam evidentes na história do índio Cariacú foi morto por seus inimigos de guerra ao tentar resgatar sua amada. Ao encontrá-lo morto, sua amada decidiu enterrá-lo, apagando os

rastros de sangue no solo, para que os inimigos não o encontrassem. No lugar em que Cairaçú teria sido enterrado nasceu a araucária e conta-se que sua amada teria sido transformada na gralha azul. Por esse motivo, toda vez que cai um pinhão a ave enterra-o, lembrando os rastros de sangue apagados para esconder Cariaçú.

Além do elemento cosmológico que a araucária traz, também se destaca sua presença na tradicional festa do kiki, o ritual dos mortos em que se homenageavam aqueles parentes falecidos e os honrava, realizado geralmente na semana cultural, em abril, e marcado por danças e vendas de artesanatos. Foi relatado que essa festa era frequente na terra indígena Chapecó, em Santa Catarina, mas que em função da entrada de religiões cristãs, essa tradição parou de ser celebrada. Ainda assim, cabe evidenciar que na festa do kiki era comum a derrubada de uma araucária que fosse considerada a mais bonita da região, escolhida pelos benzedores da aldeia, os kuiãs, os quais acompanhavam com rituais, rezas e cânticos.

Após a derrubada e os rituais que se seguiam, era retirado o miolo do pinheiro para fazer o coxo, local em que era depositado mel e milho para fermentar por três dias no interior do tronco. Tratando-se de uma festa religiosa, os kuiãs acompanhavam todas as etapas do processo, proclamando cânticos e rezas na língua materna, o Kaingang. Relata-se também que a bebida kiki, que vez ou outra era feita de milho com água, ou de mel com água, também era composta por favos de mel, e assim se seguia a fermentação da bebida durante a semana de celebrações.

A araucária que tanto acompanhou os Kaingang em sua distribuição espacial, cosmologia, histórias e cultos tem sido uma árvore de proteção para esse povo. Hoje em dia, nas comunidades que ainda realizam a festa do kiki a araucária não é mais derrubada para a preparação do kiki, por ser considerada sagrada e representativa, segundo foi relatado. Para além do uso ritual e constituição da cosmologia Kaingang, um ponto fundamental dessa planta são suas sementes, parte importante da alimentação e que serve também como fonte de renda, principalmente daquelas aldeias próximas a rodovias e cidades.

Também são frequentes os relatos da importância do milho na cosmologia

Kaingang, elemento também citado frequentemente como parte da festa do kiki. Acredita-se que esse povo cultive essa planta desde a origem de Kamé e Kairú, fazendo com que exista uma ligação muito forte com o milho e com a terra que o produz. Conta-se que os kikis tradicionais, da origem da festa, eram feitos com base de milho para fermentação e posteriormente misturados com ervas. Narra-se que a festa do kiki era realizada frequentemente no inverno, coincidentemente com as épocas de colheita do milho. Além disso, esta festa funerária vinha a ser comemorado três vezes para que o morto fosse recebido e celebrado, a partir da libertação da alma daquele Kaingang.

Tal qual a origem marcada pela saída de uma montanha de dentro da terra, as casas subterrâneas que também se localizavam dentro da terra, após a morte de um indivíduo também se acredita que volte para dentro da terra. O pós vida como relatado seria então em uma outra aldeia, o numbê, formada só pelos ancestrais, em que cada pessoa permanece na sua casa, com seus familiares que possuem a mesma marca, ou seja, sempre com aqueles parentes do mesmo clã que o pai do falecido ou falecida.

O ritual funerário antigamente envolvia além das rezas e festas do kiki, o luto coletivo da aldeia, de maneira que mesmo que o falecido não fosse parente próximo, eram proclamados cânticos e orações na língua materna durante um dia e uma noite inteiros

Sobre as aldeias, sabe-se que antigamente as casas tradicionais eram subterrâneas, mas à medida que o contato se tornou maior e mais frequente as habitações também mudaram, passando a casas de sapê, bambu e madeira e com fogões de barro. Ainda hoje em muitas comunidades, anexa às casas de alvenaria é frequente a presença de uma extensão da casa em que são feitos fogões de barro e fogueiras e onde se reúnem para conversar e fabricar as cestarias e outros elementos artísticos.

É visível outros elementos de sincretismo religioso também quando se relata as práticas festivas na época de São João e também na quaresma cristã, ambas festas com realização de orações e cânticos em Kaingang. Especificamente ao falar da quaresma, narra-se que em algumas aldeias toda família colocava uma cruz em frente à sua casa, com o intuito de

proteger contra os maus espíritos. Além disso, durante os 40 dias um grupo de pessoas costumava se reunir e rodar a comunidade cantando e abençoando as casas e pessoas, sempre na língua materna.

Sobre a interrupção de muitos desses rituais tradicionais praticados outrora, relata-se que tudo era planejado para lembrar os elementos da natureza e da origem, como as atividades de cânticos e danças que ainda perduram em algumas comunidades. Mas os ritos sagrados não são mais feitos principalmente por indicação dos anciões das comunidades, os quais alertaram sobre as possíveis consequências de realizá-los de maneira errada. Relata-se que nesses casos, é possível que as pessoas envolvidas tenham uma morte prematura, ou seja, que não alcancem a velhice, ou que seus filhos fiquem doentes, o que fez com que exista o cuidado e apreensão em realizar esses ritos sagrados, como por exemplo o das colheitas de milho, mandioca e feijão, que eram frequentes antigamente. Em convergência com esse desafio para a continuidade de práticas rituais tradicionais, ainda se relata a diferença que faria ter sido registrado o passo a passo de maneira escrita e até mesmo com imagens.

Uma celebração frequente ainda são as danças indígenas em homenagem aos animais e plantas. Exemplifica-se com aquela referente ao tamanduá-bandeira, animal corriqueiramente encontrado principalmente nas terras indígenas do Paraná, em que se clama ao espírito do tamanduá para trazer força aos moradores da comunidade, para que as dificuldades da aldeia sejam superadas. Além do tamanduá também é comum o uso de uma árvore, cujo nome em português não se conhece, cuja dança e cântico traz a proteção do corpo e espírito contra doenças.

Colocando em foco as tradições com plantas, entendendo o pinhão e o milho como dois dos elementos que a constituem, é visto que dentre as comidas típicas destacam-se também outras plantas, sobretudo folhas, raízes e frutos. O uso de ervas medicinais também ganha amplo espaço, principalmente mediado pelo conhecimento do kuiã da comunidade e das benzedadeiras. Destaca-se os rituais de agradecimento que costumam ser feitos antes da derrubada de alguma árvore, a caça ou a pesca, no sentido de reconhecer que a natureza fornece subsistência para a comunidade.

Quanto aos mitos, algumas crenças, acreditava-se muito que quando se saía para o mato, coletar as ervas medicinais, coletar as plantas alimentícias, caçar os animais e também pescar, eram realizadas expedições, em que se iam em grupo adentrar a mata, dormiam embaixo das árvores e havia uma grande troca de experiências e de conhecimentos, tão característico da oralidade dos conhecimentos tradicionais. Levando em consideração suas crenças, conta-se que quando crianças ou bebês acompanhavam as expedições, era prática comum a destruição e limpeza do local onde a criança tinha dormido, normalmente nas camas de folhas, com o objetivo de que o espírito da criança não ficasse preso àquele lugar. Além disso, quando se atravessava algum rio ou entrava na cachoeira em água corrente, também se tinha o cuidado de pegar nas mãos das crianças menores e atravessar junto, sem nunca soltar e sempre chamando pelo seu nome, para que da mesma forma seu espírito não ficasse vagando por ali. Esses cuidados, sobretudo com os espíritos vinham em função justamente da relação íntima que o Kaingang tem com a terra, de onde se originou e para onde vai retornar.

Também cabe registrar outras percepções, simpatias e crenças que fazem parte da memória individual e coletiva de representantes Kaingangs, sobretudo aqueles relacionados com os elementos da natureza. Conta-se, por exemplo, que a lua influenciava diversas atividades da comunidade, tanto que os anciões costumavam saber quando iria chover pela maneira como a lua apresentava-se na noite anterior, principalmente pela percepção de um círculo bem marcado ao redor dela.

As fases da lua regem atividades simples e complexas, tal qual o corte de cabelo em determinada lua dependendo do seu objetivo, simpatia que é bastante usada popularmente também pela sociedade não-indígena. Cada fase também rege os momentos de plantar e colher, determinando o sucesso da produção; bem como da caça e pesca, e mesmo dos tratamentos de doenças com certas ervas medicinais, conforme será melhor detalhado no capítulo dedicado às relações entre natureza e conhecimentos indígenas. Além disso, também era comum em casos que a criança Kaingang estava com dores de barriga, decorrentes de vermes, que se colocasse dentro de um copo com água em determinada lua três brasas, fazendo com que o barulho do contato das brasas com a água aliviasse o desconforto da doença.

Além disso, como os indígenas são separados por clãs, Kamé e Kairú, no passado muitas vezes se dependia da marca da qual fazia parte para determinar o plantio em determinada lua, enquanto o outro clã não podia plantar, nem colher naquela fase da lua, intercalando as atividades.

Em relação às crenças e tradições envolvendo os animais, relata-se que antigamente nas comunidades indígenas, havia um ritual para a primeira caça da criança. Assim, o primeiro animal que ela mata na caça, seja passarinho ou qualquer outro, não é permitido comer, pois considera-se que esse primeiro animal da caça é sagrado, representativo de uma passagem de estágio pela criança. Desse modo assim que o primeiro animal caçado e morto os pais não deixavam o filho se alimentar, além de separar o sangue do animal para passar na criança, com o objetivo de que o espírito o acompanhe, proteja e cuide. A partir da segunda caça da criança, ela já estava permitida de se alimentar do animal. Destaca-se que essa é uma prática que não se revela mais nas comunidades, de acordo com os relatos.

Ligado aos elementos da natureza recebe destaque a questão dos nomes indígenas. Conta-se que conforme uma criança nascia a comunidade já indicava seu nome indígena, e era o pajé/kuiã que escolhia esse nome antes da criança nascer, remetendo-se aos animais ou plantas que poderiam colaborar com a comunidade. Dos nomes Kaingang relacionado às plantas e aos animais cita-se exemplos, como Kopra, que é um tipo de macaco, então esse macaco seria o guia espiritual daquele que tivesse esse nome. Outro exemplo é o nome Wafã, que representa as folhagens caídas, então o espírito dessas plantas seriam seus companheiros e seu espírito seria livre, como as folhagens caídas.

A tradição dos nomes indígenas também impulsiona um maior respeito a esses elementos, uma vez que os animais e plantas seriam seus guias espirituais. Por exemplo no caso de um indígena que tivesse o nome Peme, que diz respeito à tartaruga, não seria de bom tom fazer algum mal a esse animal, mesmo que fosse para subsistência, porque seria um sinal de desrespeito ao seu próprio espírito. Da mesma maneira se o nome tivesse ligação com as plantas, aquele que tivesse o nome indígena de determinada flor ou fruto, não poderia podá-la, machucá-la, pois poderia ficar doente em decorrência do desrespeito ao seu próprio espírito. Essas crenças

relacionam-se também ao entendimento de que ao matar um espírito de si mesmo, a pessoa fica com um espírito, deixando-a mais suscetível a doenças.

Como a comunidade sempre acreditou no princípio de troca com a natureza, também se relata que ao caçar ou coletar algum elemento, esse deve ser consumido ou utilizado de maneira total, sem sobrar. Exemplifica-se com o caso da Taquara, planta comumente retirada para a confecção de cestarias. Então quando de seu corte na floresta, a pessoa só deveria cortar o suficiente para uso, pois de cortasse a mais, sobrasse, estragasse e tivesse que jogar fora, o espírito da Taquara poderia perseguir e castigar aquele que fez isso, pois tirou da natureza e não aproveitou.

Ainda partindo do princípio de reciprocidade, percebe-se que esse não estava restrito aos elementos da natureza, conforme se relata que a vida dentro das comunidades era envolta por esse sentimento. Quando algum membro saía para trabalhar em prol da comunidade, toda ela sentia-se na obrigação de ajudar a cuidar dos teus filhos em todos os aspectos, como na educação e na alimentação. Relata-se como era importante a educação e criação comunitária das crianças, que além de ajudar os pais, permitiam que tivessem acesso a conhecimentos ancestrais diferentes daqueles que os pais tinham, pois mantinham a convivência com outros membros da comunidade.

Sobre a língua materna, o Kaingang, relata-se que os povos do Paraná são os Kaingang original, porque se fala a língua conforme a escrita, ainda que existam três dialetos: do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Exemplifica-se que ainda que esses dois últimos estados tenham dialetos muito parecidos, o do Paraná é singular, por exemplo, ao falar olho: se escreve cané, então se fala cané; mas alguns Kaingang do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina falam canó.

Ainda, é importante destacar que principalmente durante a ditadura militar ocorreu uma violência muito grande de retirada da língua, por meio do impedimento que se falasse o Kaingang, fazendo com que por muito tempo as comunidades não pudessem se expressar usando-a. Porém, as comunidades vêm revertendo esse processo e buscando cada vez mais o

domínio e revitalização das línguas dentro das escolas indígenas e de seus territórios.

Cabe destacar que os rituais, as celebrações, as expressões artísticas e as práticas que ocorriam dentro das aldeias, sempre se baseavam nos conhecimentos tradicionais, ou seja, nas observações, experiências e coletividade do povo, a ligação com a natureza e seus ciclos, entendendo como funcionam para reger as ações da comunidade, que até hoje persistem, pois existe a crença na visão de mundo passada pelos ancestrais. Uma visão ampla de meio ambiente, com todos os elementos criados por Kamé e Kairú, são espaço de reprodução da história Kaingang, de seu modo de vida, sua religião, sua cultura e sua cosmologia.





O
CONHECIMENTO
TRADICIONAL E
RELAÇÃO COM A
NATUREZA

Ariadne Dall'acqua Ayres, Rosângela Vãnkam Inácio, Mirian Guimarães de Freitas, Joel Anastácio, Regina Aparecida Kosi Dos Santos, Fátima koyo Lourenço, William Maciel, Camila Mig Sá dos Santos da Silva

As histórias e caracterização do povo Kaingang descritos até aqui vêm de suas próprias narrativas, que emergem de suas vivências e trocas de ideias nas aldeias, na companhia de seus pares. Para esse conjunto de saberes específicos criados e perpetuados damos o nome de conhecimento tradicional ou, mais especificamente, conhecimento indígena. Entender quais são as formas de construção e divulgação desse conhecimento são fundamentais para compreender aspectos da cultura, incluindo as práticas e valores do grupo.

Relata-se que o conhecimento tradicional é passado dentro da comunidade indígena entre os indígenas de forma oral e também de forma prática, como uma troca de saberes e sabores. Evidencia-se a importância da experimentação, principalmente na conversa e convívio com as pessoas mais antigas dos territórios, revelando a necessidade de pegar, sentir a textura, sentir o cheiro, ver, ouvir, mascar e sentir o sabor, prestar atenção nas características de uma planta, por exemplo, usando sempre todos os sentidos.

As conversas são fundamentais para que as trocas de conhecimentos e experiências aconteçam e a transmissão de conhecimento seja eficaz. Ouvir as histórias com atenção, conhecer e explorar o território em que se vive, participar das atividades conjuntas da comunidade, são citadas como maneiras de aprender mais sobre o próprio povo Kaingang e perpetuar seus conhecimentos tradicionais, tão importantes para a conservação de seus modos de vida tradicionais, suas histórias, mitos e valores.

Todas as histórias e aspectos culturais que foram descritos guardam relação com os irmãos Kamé e Kairu, que são responsáveis pela dualidade da cosmologia Kaingang. Nesse sentido, os elementos da natureza estão sempre presentes nas narrativas, seja pelo uso dos animais e plantas, seja pelo papel que os ciclos da lua interferem nas atividades cotidianas dentro das aldeias. Relata-se que exatamente por essa razão, suas crenças e histórias, muito se fala sobre a relação do indígena com a natureza e a

interdependência existente entre eles. Por exemplo, narra-se que existe muita conversa dentro dos territórios sobre desperdício de água, descarte correto de lixo, desperdício de alimentos e a conservação das matas restantes nos territórios.

Acredita-se que nas aldeias indígenas exista maior valorização da natureza, sobretudo pelas vivências próximas ao meio ambiente e entendimento da necessidade dos elementos naturais para sua própria vida. Descreve-se que o meio ambiente não é apenas um ser que está ali, estático, que não tem função, pelo contrário, ele tem as funções eficazes pra a sobrevivência das pessoas, dessa maneira, atribuindo esse significado, retoma-se o entendimento das terras indígenas como áreas de preservação não somente da natureza, mas como espaços de reprodução cultural, cosmológica e religiosa. Sugere-se, portanto, que a crença na interdependência dos povos indígenas e da natureza, favorece a preservação da natureza, pois garante também a sobrevivência da sua própria cultura e do povo Kaingang.

Destaca-se que o meio ambiente sempre teve o apelo de conservação e preservação, principalmente pelo entendimento de que era um bem comum, que deveria perdurar para ser útil a todos, tanto que diversos relatos mostram que o uso dos recursos era para o próprio sustento e sobrevivência, não com o objetivo de gerar grande quantidade de dinheiro. Relembra-se aqui a história contada de que caso se realizasse a retirada de madeira a mais do que precisava, o espírito daquela planta poderia amaldiçoar quem a deixou estragar; acrescentando o exemplo da caça, que não era realizada com o objetivo de estocar carne, e sim, de servir para algumas refeições somente.

Práticas específicas tal qual o plantio de determinadas plantas, a caça e a pesca, possuem o ‘tempo certo’, ou seja, a estação do ano, período de chuvas, tipo de solo e o ciclo da lua corretos para que seja proveitoso, caso contrário pode resultar no apodrecimento dos vegetais dentro do solo ou mesmo a extinção daquele animal, em casos de não respeitar as regras de uso, como o impedimento da caça em época de acasalamento. Essas regras facilitam o plantio e colheita, a caça, a pesca e retratam a conservação pelo uso sustentável dos recursos.

Dentre os alimentos de consumo tradicional que foram relatados se destaca o papel fundamental dos vegetais na dieta Kaingang, pelo plantio, que era feito no sistema de roça, de mandioca, milho, batata, batata doce, feijão, abobrinha, abóbora, amendoim, trigo e arroz, sempre pensando no plantio para sustento próprio. No caso da mandioca, foi relatado que esse legume não pode ser plantado em solo úmido pois ela apodrece; também em relação ao feijão e o milho, preferencialmente esses grãos deveriam ser plantados em épocas com temperaturas mais elevadas; no caso de abóbora, do milho e do amendoim, esses frequentemente eram plantados na primavera.

Narra-se a frequente troca entre os moradores da mesma aldeia, de acordo com o que era mais abundante em cada roça, criando laços de coletividade. Além das plantações, também se destaca a coleta, principalmente de frutas nas matas dentro dos territórios, como a banana, a amora preta e o pêssego, por exemplo, destacando que o consumo não se restringia somente aos frutos dessas plantas, mas também na utilização das folhas. No verão e outono é o período de colheita dos vegetais plantados e também o destaque por serem períodos que se tem mel abundante e facilidade de caça e pesca. No inverno, o destaque e base da alimentação Kaingang é o pinhão, semente da araucária. Os rituais antigamente aconteciam no início das colheitas, em alguns lugares tem as festas da colheita. Entre o fim do outono e início do inverno ocorria muito a festa do kiki.

Antigamente também se comiam muitas frutas frescas, além de muitos grãos, mas de um tempo pra cá essa alimentação mudou um pouco, permanecendo mais a caça, o milho e o pinhão. É comum observar o consumo do piché nas aldeias Kaingang até hoje, que nada mais é do que o milho torrado que passa por um processo manual de trituração nos pilões, muito semelhante a uma farinha de milho que pode acompanhar o consumo de peixes ou carnes de caça. Destaca-se também o émi, uma comida feita de milho roxo, após um período de fermentação do milho, que acaba por azedar naturalmente de um dia para o outro, e que então serve para fazer bolinhos e assar na brasa, servindo também de acompanhamento para carne de caça. Dentre as regras de uso dos recursos, relata-se que na sexta-feira santa, que antecede a Páscoa cristã não podia ter a retirada dessas plantas.

Apesar de não compor a alimentação Kaingang, cabe destacar três plantas bastante citadas pelo uso na produção de artesanatos: a taquara, o bambu e uma espécie de cipó bastante encontrada nas matas das aldeias. As cestarias são feitas predominantemente com o uso da taquara e do bambu, enquanto o uso do cipó restringe-se a fabricação de filtros dos sonhos. Evidencia-se o relato de que a taquara além de servir para a fabricação dos artesanatos, também servia como fonte de um verme denominado coró, que era parte da alimentação tradicional. As cestarias principalmente eram feitas antigamente para uso próprio, porém com o aumento do contato com as pessoas da cidade, passou a servir também como produto para comercialização, sobretudo das mulheres.

Em relação aos animais, primeiramente falando sobre a caça, essa é uma tradição que vem sendo mais pontual nos dias atuais em virtude de uma visão mais preservacionista e também a facilidade da compra de carne nos mercados próximos às aldeias. Relata-se que até pouco tempo atrás o consumo de carne de caça era muito comum nas aldeias, principalmente de cateto e de tatu, assim como o uso da banha da caça para cozinhar e temperar as panelas de ferro.

Essa atividade também era modulada por conhecimentos tradicionais, como por exemplo as fases da lua corretas para dar visibilidade e ajudar na caça, ainda que na lua cheia, quando a mata estaria mais iluminada, relata-se que não era permitido caçar em razão de ser um momento devotado aos rituais e adorações da comunidade. Além disso, explicita-se os saberes relacionados aos vestígios de cada animal, como pegadas ou fezes, que também auxiliavam as pessoas na captura, também de acordo com a localização em que eram encontrados esses vestígios, como perto das plantações, identificavam quais eram os animais que estariam pela região. Esses conhecimentos facilitavam, de maneira geral, a caça, assim como as fases da lua.

Outro relato sobre a caça tradicional do povo Kaingang diz respeito a uma espécie de armadilha, em que as pessoas colocavam alimento para o animal se acostumar a comer em determinado lugar, sabendo que quando os animais estão com comida é mais fácil que a caça seja bem sucedida, o que se chama período de ceva. As narrativas recolhidas destacaram amplamente que só

se caçava a presa para aquele momento, sem o interesse de caçar maiores quantidades de animais, por considerarem que cada momento deve ser uma caça, um rito. Além disso, destaca-se a existência de regras internas, como a proibição da caça em época de acasalamento de determinado animal ou de filhotes, buscando outras alternativas nesses períodos.

Desta forma, narra-se que antigamente não tinha as galinhas e os frangos que são encontrados no mercado, nem a carne de porco ou de gado, então além dos mamíferos que faziam parte da caça, também se caçava jacu, uma ave cujo gosto dizem se assemelhar ao do frango. Posteriormente, começou a ser comum a criação de animais como a vaca, o boi, a galinha e o porco, também para consumo. Nesse contexto, alguns grãos que já eram plantados, começaram a servir também para a fabricação de ração para esses animais, como o milho. A criação de animais expandiu as opções de alimentação, incluindo à dieta também o leite e os ovos e promovendo maior troca entre as famílias de dentro das aldeias, que trocavam grãos, carne, leite e outros mantimentos.

Além dos animais de criação e dos três mais caçados – cateto, tatu e jacu –, também era comum a observação de outros animais típicos da região, como por exemplo veados, rãs, macacos, pacas, tamanduás, cobras, quatis, urutaus e onças-pardas. Alguns relatos também indicaram que antigamente alguns animais silvestres eram comumente animais de estimação, como os quatis, catetos, macacos menores e inclusive cobras. Curiosamente, algumas descrições desses animais vieram do reconhecimento de vestígios e audição de cantos, como por exemplo o que foi relatado sobre o urutau, ave com hábito noturno e grande capacidade de camuflagem, cujo canto se era ouvido muitas vezes, mas era de difícil observação.

Outro animal que a narrativa é parecida a do urutau diz respeito à onça-parda, descrita como leãozinho por moradores da terra indígena de Mangueirinha. Relata-se que ao adentrar a mata dificilmente se observa esse animal, porém é frequente ouvir seu barulho e seu cantar, e também já foi percebido perto das casas, porém, apesar de seu porte médio, semelhante ao cachorro conforme foi descrito, o felino não apresentava risco. Por essas características e entendimento de que a onça-parda/leãozinho é conhecido como guardião no mato.

Ainda falando sobre alimentação dos Kaingang, cabe destacar a presença do peixe. Contam que a pesca é uma atividade comum na maioria das aldeias, mas que não é feita de maneira usual, com o uso de varas e anzóis, e sim, com o uso do pari. A descrição fornecida é que o pari se assemelha a uma cestaria feita de taquara, mas com os trançados mais frouxos, não tão apertado como os apresentados nas cestarias comuns, usadas para colocar os alimentos e colher a produção. Para uma pesca efetiva, essa armadilha era colocada na lateral do curso do rio, preferencialmente aonde os cursos do rio se encontravam, pois se relata que essa era a maneira mais eficaz de ter uma pesca farta.

Além disso, narra-se que a forma de pesca com o pari era feita também com o objetivo de que, além de facilitar a atividade para quem o fazia, não prejudicasse o restante da fauna do rio, destacando que se a pesca for feita sem técnica específica pode prejudicar todo o ciclo daquele rio, inclusive os outros animais que também precisam de peixe para sobreviver. Além da pesca com o pari, também foi relatado a possibilidade de pesca com a mão, também na área de encontro dos cursos do rio. Ainda se relata que na aldeia de Apucarantina, localizada no norte do Paraná, é comum a realização da chamada festa do pari, em meados de abril.

Afastando-se um pouco da alimentação Kaingang, outro tema que merece destaque ao falar de relação com a natureza é o uso de ervas medicinais. Sem dúvidas esse foi o tópico mais comum nas descrições sobre as práticas com plantas dentro das aldeias e que, em consequência da mobilidade e proximidade da cidade, também são exportadas pelos indígenas para o meio urbano e pesquisadas amplamente pelos acadêmicos que desenvolvem suas pesquisas dentro das aldeias, acarretando em ainda mais valorização do uso das plantas medicinais.

Ao que parece, grande parte dos medicamentos e chás preparados eram principalmente com o auxílio e indicação dos kuiãs ou pajés, mas de acordo com os relatos tinham outros que já eram comuns e bem conhecidos pelos moradores das aldeias, por isso não necessitavam serem feitos pelos kuiãs. O preparo começava com a entrada na mata para retirar as plantas necessárias para determinado tipo de doença ou interesse; em seguida, as folhas, frutos, caules ou raízes coletados eram colocados dentro do paiol

fechado para secar na sombra, pois relata-se que a secagem das ervas não poderia ser feita ao sol, visto que isso poderia fazer com que elas perdessem suas propriedades de cura.

Assim como as atividades envolvidas na alimentação, como a caça, plantação e colheita, a retirada, preparo e uso das ervas medicinais também seguia determinados ciclos da lua, épocas e estações do ano. Além disso, da mesma maneira que haviam partes do animal caçado que as mulheres ou crianças não podiam se alimentar, como o cérebro e o coração dos animais, também existiam essas limitações quanto ao uso de determinada parte da planta, variando também de acordo com a faixa etária.

Destaca-se que antigamente não era de tão fácil acesso à cidade para algumas comunidades, assim como muitas unidades de saúde só foram criadas mais recentemente, sendo que algumas aldeias ainda não apresentam esses postinhos dentro dos territórios. Dessa forma, o uso de remédios farmacêuticos era bem limitado e o uso das ervas medicinais era comum, devido a sua eficácia e fácil acesso, portanto a valorização dessas plantas era bem divulgada nas aldeias. Além dos kuiãs também é importante ressaltar o papel das parteiras dentro das comunidades, que faziam uso das ervas medicinais durante o parto e após o nascimento das crianças.

Sabendo da eficácia dos tratamentos administrados dentro das aldeias, foi relatado que também as trocas eram frequentes entre moradores que conheciam determinado medicamento para o tratamento de alguma doença que o vizinho não soubesse. Esse movimento de troca de medicamentos, receitas e experiências é um exemplo ideal sobre a transmissão de conhecimento tradicional indígena, em que por meio da oralidade os saberes continuavam a compor o imaginário do povo Kaingang.

Relata-se que é forte a valorização do uso das ervas, a importância de usar elas adequadamente e o respeito aos anciões que detém muito conhecimento sobre diversos tipos de plantas, a indicação e o tratamento de cada uma delas. Tanto é valorizado que alguns acadêmicos indígenas buscaram estudar o uso das plantas medicinais dentro das comunidades recentemente, como por exemplo um estudo sobre a prevalência de enteroparasitose em população indígena associada ao uso das práticas

tradicionais da medicina tradicional Kaingang, em que ficou evidente a importância que toda a comunidade indígena dá para o tratamento com as plantas medicinais, principalmente por ser um meio mais rápido e fácil de iniciar um tratamento dentro da comunidade. Além disso, essa pesquisa revelou cerca de 20 tipos de plantas que são utilizados pro tratamento da enteroparasitose, dentre elas uma comida indígena, que é pimenta maria preta, o fuá. Corrobora-se a ingestão desta planta medicinal e sua eficácia pelo período em que a pesquisa foi realizada, em que era exatamente a época em que a pimenta estava pronta para ser colhida e que havia aumento da ingestão do fuá durante as refeições, resultando em baixa prevalência de enteroparasitose dentro da aldeia, isso porque, segundo foi relatado, a pimenta maria preta é usada para o tratamento de parasitas do trato digestivo.

Evidencia-se também a pesquisa realizada sobre as ervas medicinais que as gestantes utilizavam para prevenir ou tratar comorbidades que elas poderiam ter durante a gestação. As plantas eram utilizadas principalmente para tratar os sintomas mais comuns da gestação, como náuseas, dores de cabeça, dores nas costas e até mesmo para doenças mais específicas, como a hipertensão e a diabetes. Como na aldeia que a pesquisa foi realizada há uma unidade de saúde, destaca-se que as plantas medicinais são usadas de maneira coadjuvante com o tratamento médico.

Dentre os exemplos que foram fornecidos pelas narrativas que serviram como dados para a composição deste livro, alguns exemplos de plantas e seus usos foram frequentes. PÊSSEGO: a folha do pessegueiro parece ser bastante utilizada em todas as comunidades Kaingang. A indicação é que se cozinhe bem as folhas do pessegueiro e ingira o chá ainda quente, para tratamento de dor de estômago. CEREJA: o fruto da cerejeira não é um remédio para se ingerir. A indicação é que o fruto seja raspado e as raspas colocadas dentro da água para lavar os cabelos e a pele, de maneira que a criança ou adolescente não envelheça rápido e retarde o processo de embranquecimento dos cabelos. TAIUIÁ: trata-se de uma batata amarga, disposta da mesma maneira que a batata ou mandioca na terra, de maneira que era necessário cavar e retirá-la inteira para que o tratamento fosse eficaz, dela se faz um remédio que combate inflamações. PORANGABA: fruto pequeno e de coloração avermelhada bastante utilizada como

diurético, mas mais comumente contra picadas de insetos e no tratamento de mordida de cobras, agindo como soro contra o veneno. LIMÃO E MEL DE JATAÍ: segundo foi relatado, o limão é usado para o tratamento de mais de 200 enfermidades, sobretudo relacionado com o sistema respiratório. Junto com o mel de Jataí, abelha pequenininha sem ferrão, faz um xarope para tratamento de problemas respiratórios.

Além disso, foi relatado que havia um ritual feito com plantas medicinais para a grávida escolher o sexo do bebê, por meio da ingestão de um chá, porém sua composição continua sendo um segredo dos kuiãs Kaingang.

Retomando a discussão inicial sobre as práticas com plantas, animais e outros elementos naturais, destaca-se que as próprias lideranças da aldeia (cacique e vice-cacique) estimulavam o diálogo e conservação, o não uso de agrotóxicos, o uso responsável da água do rio, de preferência somente para banho. Por meio das reuniões e trocas de ideias e experiências narra-se que havia um trabalho de conscientização e cuidado com a água, o meio ambiente de maneira geral. Até mesmo quando era necessário fazer queimada para uma lavoura, se protegia os limites que não poderiam ser queimados e as plantas medicinais que ficavam próximas, o chamado vento de sinais, conforme foi relatado.

Esse cuidado próximo e o interesse em proteger a natureza vem do entendimento de que existe uma relação de mutualidade aí, ou seja, o Kaingang não vive sem a natureza e natureza também não vai viver sem a presença Kaingang. De maneira que se tenha um cuidando mútuo. Além disso, também se revela o porquê de os povos indígenas inclusive os Kaingang, apresentaram grande mobilidade entre territórios, um comportamento seminômade que o faz não se fixar por muito tempo em um lugar específico, o que, segundo narrado é justamente por essa relação de mutualidade. Se o indígena ficar por muito tempo em um mesmo local utilizando os recursos naturais, a água, as plantas e os animais, aumenta-se a chance de que o rio seque, as árvores e frutas acabem. Então é uma questão de biodiversidade também, o Kaingang está migrando desses lugares constantemente, ele permanece ali por um período, retira daquela terra, consome o que ele precisa pra ele sobreviver somente, não para comercializar ou construir e se fixar ali, e quando ele vê que a natureza já

está no limite, então ele migra pra outro espaço, para que ele possa usufruir dos recursos do outro local e o ambiente que foi utilizado anteriormente possa se regenerar.

Em relação ao não-indígena, a percepção que se tem pelo indígena é que ele olha pra terra com um olhar capitalista, pensando no que se pode possuir e retirar por meio daquela área, e então de o que que ele vai conseguir em cima da daquela terra. Sugere-se, então, a reflexão sobre o uso desenfreado de recursos naturais, até a exaustão da terra, e sobre as consequências da grande degradação que está em curso, para além da perda de biodiversidade e desgaste do solo, também pelo gasto para reconstituir os danos gerados.



A close-up photograph of a woven basket. The basket features a complex geometric pattern of interlocking triangles and diamonds, created using light-colored and dark-colored weaving threads. The texture is highly detailed, showing the individual strands of the weave. The lighting is warm, highlighting the natural fibers.

CENÁRIO ATUAL E
MENSAGENS PARA
A JUVENTUDE
KAINGANG E AOS
NÃO-INDÍGENAS

Regina Aparecida Kosi Dos Santos, Joel Anastácio, Camila Mīg Sá dos Santos da Silva, Rosângela Vãnkam Inácio, Vanessa Neres, William Maciel, Florencio Rekeyg Fernandes, Ariadne Dall'acqua Ayres

Nos últimos séculos as populações indígenas têm sido deixadas de lado e desrespeitadas pela sociedade e os governos, inclusive naqueles assuntos que dizem respeito a eles e que suas percepções e opiniões seriam relevantes e pertinentes. Frente a tal apagamento, nas últimas décadas a população indígena tem ocupado espaços que haviam lhe sido negados, principalmente no que diz respeito a saída das terras aldeias em busca de uma educação formal em nível superior. No estado do Paraná as universidades públicas já vêm realizando vestibulares específicos para atender as demandas da Educação Superior Indígena, ampliando a presença desse público em suas graduações e pós graduações.

A mobilidade da aldeia para o ambiente urbano em busca de melhores oportunidades pessoais vem acompanhada da vontade de voltar e ajudar as suas comunidades. Apesar dos julgamentos e preconceitos que enfrentam em espaços historicamente não-indígenas, cada vez mais o movimento de resistência e representatividade dentro das universidades e em diferentes áreas profissionais tem ganhado força e revelado que, ainda que se tenha muita interferência da cultura não-indígena, a cultura e o modo de vida do povo Kaingang permanece forte e viva. Dessa maneira, esse capítulo dedica-se a refletir sobre relatos de indígenas que saíram de suas aldeias para estudar, morando ou não na cidade, e a percepção que eles têm sobre este movimento de saída, sua presença na universidade, a percepção das mudanças na forma de tratar a natureza e a importância para o fortalecimento da cultura Kaingang.

Desde sempre a gente não é ouvido. Sempre existe alguém que fala por nós, povos indígenas, e eu acho realmente muito importante descolonizar isso. A ocupação de espaços que nos foram negados por tanto tempo permite que os indígenas possam ter voz, pois queremos ter voz, a gente quer falar sobre nossa cultura, sobre os processos brutais e violentos pelos quais passamos para preservar nossa cultura. Ainda que hoje se olhe de fora e digam “a cultura indígena já não existe mais, já está totalmente transformada”, a nossa cultura não está quebrada, não é algo que se possa ser tirado de nós só porque não estamos somente nas aldeias.

Após a saída da aldeia em busca de melhores oportunidades de crescimento e de educação formal, sempre é questionado se não deixamos de ser indígenas e a resposta é não, nunca deixamos de ser indígenas. Pelo contrário, o fato de ter ficado longe me fez valorizar ainda mais os processos internos da minha comunidade, fortalece a nossa cultura, a nossa vontade de atuar dentro das aldeias e impulsionar novas pessoas a buscarem a educação superior e voltarem para as comunidades. A diferença é que a gente tem o potencial da profissão que escolhemos, como qualquer outro, mas sem deixar de lado a cultura Kaingang, sem deixar de conviver, de preservar, mesmo fora da aldeia.

É necessário fortalecer mais e mais a questão da cultura: falar, divulgar, isso eu sempre passei para as minhas filhas também, preservar essa questão do indígena. Não negar a tua originalidade, você nunca negar, você não esconder, você ter orgulho de ser o que você é.

Além disso, acredita-se que saindo um pouco do território indígena se tem uma outra visão da comunidade, que impulsionam a acreditar ainda mais naquilo que sempre aprenderam dentro das aldeias, sobretudo os saberes que envolvem a relação com a natureza. Isso porque dentro das comunidades existe muita conversa e troca de experiências a respeito da preservação e do cuidado com os elementos naturais, sabendo que a natureza sempre vai se adaptar e conseguir sobreviver de alguma maneira, enquanto existem dúvidas sobre a sobrevivência dos seres humanos. Essas percepções ao se afastar um pouco da aldeia fazem voltarmos ainda mais preocupados, por saber que os territórios indígenas estão sendo tão massacrados pelo sistema econômico.

Nós temos que voltar a pensar dessa forma, não só nas comunidades indígenas, mas impulsionar que esse pensamento se espalhe para toda a sociedade. E também vale refletir sobre, por que será que nossas gerações vão conseguir reverter tudo isso? O que nós estamos pensando em deixar pra nossas gerações? O que nós temos que pensar, é o que que nós vamos deixar, mas o que que nós vamos deixar de bom para as futuras gerações.

Então, eu acho que as pessoas que moram fora das aldeias, elas não têm noção da importância que eu, por exemplo, como indígena dou pra valorização, tanto da cultura, quanto da importância do uso dos medicamentos tradicionais. Da medicina tradicional Kaingang. E pra mim, isso tudo tem uma proporção

enorme, que eu não sei explicar para as outras pessoas o quanto é importante pra mim. E eu vejo que algumas vezes acaba sendo até um questionamento para as outras pessoas de como isso é tão importante. Inclusive na área que eu vou me formar tem essa briga de como não inferiorizar o tratamento natural e exaltar o tratamento com a medicina ocidental. Quando eu for médica, quando eu me formar, eu jamais vou desvalorizar o tratamento que o meu paciente tá fazendo com as ervas, muito pelo contrário, eu vou buscar. Eu tenho pretensões de voltar e trabalhar na aldeia, eu vou valorizar esse uso da medicina tradicional, porque eu acredito que as duas se trabalhar em conjunto, as duas práticas elas podem funcionar muito bem.

Uma maneira de fortalecer a relação entre natureza e cultura são os jovens Kaingang, que são o futuro das comunidades indígenas, então é necessário perceber que se preservarmos a natureza, estaremos preservando e valorizando a nossa cultura também, já que uma coisa é relacionada a outra. A cultura Kaingang não existe sem a preservação da natureza. E quando se fala em relação aos jovens, pensa-se também na importância de termos profissionais indígenas formados que voltem trabalhar dentro das aldeias, para valorizar a nossa cultura, o natural e não deixar que as comunidades sejam tão influenciadas pelos não indígenas.

Quando você senta pra ouvir os anciões, os mais velhos, você acaba vendo que é a importância disso é muito maior do que qualquer outra coisa, sabe? Do que qualquer outro ensinamento que você recebe quando você sai da aldeia ou quando você não convive com eles lá. Por mais simples que seja, a convivência dentro das comunidades indígenas, ela é muito muito complexa e muito rica, tanto espiritualmente quanto uma lição de humildade, porque você eu acho que tem que ter uma nobreza muito grande pra você conseguir repassar para os outros os teus conhecimentos e as tuas histórias de vida de uma maneira tão bonita igual eles passam, sabe? Ensinando a gente a humildade e a valorizar a cultura, a ter vontade de não deixar que a cultura acabe.

Muito se ouve na sociedade que os povos indígenas precisam ser civilizados, mas eu acho que se essa for a civilização que os não-indígenas nos oferecem, eu não gostaria que fosse influenciar nas comunidades, porque nós, povos indígenas, sempre aprendemos sobre solidariedade, sobre respeitar a todos

e todos os elementos da natureza que nos cercavam. E, o que acontece na sociedade não-indígena em relação ao desmonte ambiental, que é noticiado todos os dias, é exatamente o contrário, acontece pelo egoísmo e individualismo das pessoas, não tem nenhuma relação com os povos indígenas, mas ainda se vende o discurso de que o atraso econômico é devido aos indígenas.

Acredita-se também que devido a todo esse processo de introdução e contato na sociedade e nas ideias não indígenas, também faz com que alguns de nós indígenas começássemos a agir mais parecido com o não indígena, pensando muito na parte econômica e destruindo e acabando com a natureza e os recursos, que são finitos, tendem a acabar se não houver um cuidado intensivo. Então nós temos que rever alguns conceitos e tentar consertar enquanto há tempo. Sabe-se que a parte econômica é ótima e necessária, todos querem ter uma melhor condição de vida, mas é possível produzir da forma correta e consciente, o que já ajudará bastante na preservação ambiental e cultural, e, por consequência, dos povos indígenas.

Em relação a natureza, a natureza é vida, natureza é luta, a natureza é guerra, a natureza é resistência, então você quando trata na natureza, você tem que tratar ela com mais respeito, ela passou por quantas lutas, quantas guerras pra se manter viva ainda?! Dessa forma, assim como os povos indígenas vem lutando pra existir a invasão da sociedade não indígena, com seus costumes, querendo introduzir seus costumes, suas crenças. Os indígenas ainda vêm resistindo pra manter a sua cultura original. A natureza também é assim, ela luta pra se manter viva. E se ela se mantém viva, nós vamos nos manter vivos. Então, a partir do momento que a natureza tombar, nós vamos sofrer as consequências. Nós não vamos sobreviver. Então, por isso que eu falo que a natureza é vida, tem que ser respeitada.

Além disso, reflete-se que se os não-indígenas conhecessem intimamente a natureza, soubessem o que a natureza nos traz e prestassem atenção em tudo que vem acontecendo no mundo, no Brasil, principalmente em relação as queimadas e desmatamentos, que muitas vezes as pessoas fingem que não sabem ou não tem ligação e como isso afeta a saúde mental e física dos povos indígenas. Seres que respeitamos e adoramos que são afetados por essas problemáticas ambientais, animais mortos, árvores derrubadas, solo incendiado, tudo isso afeta o emocional do indígena e só pode ser combatido

de maneira eficaz com a ajuda do resto da sociedade, pois a obrigação de conservar a natureza não é só dos povos originários, é uma responsabilidade de toda sociedade. Por esse contexto é que é difícil de falar dos não indígenas, porque eles transferem para o indígena a responsabilidade de preservar a natureza, mas muitas vezes estão adentrando as comunidades indígenas e destruindo a natureza.

A pandemia de COVID-19 que estamos enfrentando (2020-2022) é apenas um dos processos que se enfrenta desde 1500 e que afeta de maneira desigual as populações indígenas. Desde 1500 já enfrentamos lutas, violências, invasões, genocídio e as consequências da falta de cuidado com o meio ambiente, então a luta do indígena é constante, e não se tem esperança de quem isso acabe, que chegue um momento que esses confrontos e desafios sejam neutralizados, mas a esperança que temos é que a juventude, as novas gerações consigam perceber a importância da nossa história e lutar por ela.

Conclui-se com as reflexões de nossos ancestrais de que quando os portugueses chegaram no território que hoje se denomina Brasil, por muito tempo os povos indígenas acolheram, alimentaram, ensinaram a andar nas matas e curaram suas feridas com as ervas medicinais. Fez isso por pensar que eram outros povos, que também poderiam conhecer as nossas terras e trocar conhecimentos, e quando percebemos, estávamos sendo dominados e escravizados para roubar as nossas terras, assim como roubaram várias coisas.

Todo esse movimento para ainda hoje se ouvir algumas pessoas dizerem que 'é muita terra, para pouco índio', mas na verdade é muito índio cuidando do planeta inteiro, da biodiversidade, das águas, dos solos, porque quando conservamos um espaço de mata, quando conservamos a fauna, a flora daquele lugar, quando reflorestamos e conservamos, estamos garantindo a existência da geração futura, não só dos povos indígenas. Estamos garantindo a existência da nova geração do planeta todo, porque temos este olhar solidário e coletivo, não podemos parar a mata de fornecer oxigênio para pessoas que não sejam indígenas, então quando cuidamos da mata, é para garantir a existência do planeta todo, independentemente de ser indígena ou não.

Frente ao crescimento do número de indígenas nas universidades, o aumento de pesquisas próprias sobre as culturas e modos de vida, agora está na hora dos antropólogos não indígenas se afastarem um pouco e permitirem que os indígenas falem. O povo Kaingang é inteligente, já domina diversas tecnologias ancestrais há muito tempo, uma organização social bem estabelecida, as casas subterrâneas dos Kaingangs estão aí para provar que a tecnologia existia, as armadilhas para pesca, como o pari. Neste sentido, espera-se que daqui para frente as trocas sejam muito mais horizontais, que os pesquisadores não-indígenas estejam dispostos a aprender com os indígenas e que as trocas sejam positivas para todos.





CONSIDERAÇÕES
FINAIS DA OBRA

A proposta e o processo de orientação de Mestrado que culmina na organização desta obra encorajam para um resgate na minha própria formação enquanto pesquisadora e professora bióloga, mas, em especial, na busca por referências diversas e inclusivas que me explicitassem motivações e identidade com este tipo de estudo, e que por hora, desembocam neste texto. Vou tratá-lo como um percurso de pesquisadora, que culmina em um encontro entre orientadora e orientada, e que permitiu esse resgate. Os signos (elementos que representam algum significado) cuidadosos poderão ser os mais diversos, lembrando que se trata de um livro de memórias, deixarei registrado este belo encontro!

Na época do vestibular escolhi a Biologia como curso de graduação, mas não pretendia ser professora. Meu ideal como profissional era trabalhar em um laboratório, vestida de branco, preferencialmente. Mas, já na graduação, durante estágio em um laboratório de análises clínicas percebi que precisa estar em contato com o “ambiente natural”, aquele que me remetia às vivências da infância. Após essa descoberta, tive uma experiência pouco usual em cursos de graduação, em especial na Biologia. Participei de projetos sociais, no período de férias da faculdade, em comunidades no interior dos estados de Tocantins e da Bahia. Ainda, o contato com uma comunidade indígena favorecido pelas atividades desenvolvidas em laboratórios de Botânica e Ecologia suscitou-me alguns estudos na perspectiva da Etnociência.

Foi por meio de levantamento bibliográfico para trabalho final do curso que me deparei com um voltado à discussão sobre a ausência de florestas ribeirinhas ou matas ciliares localizadas ao longo dos cursos d’água, principalmente às margens do córrego Araribá, afluente do rio Batalha e localizado nas proximidades das cidades de Avaí e de Duartina (SP), provocando ao longo de décadas graves problemas de assoreamento e diminuição do volume e qualidade de suas águas. O córrego Araribá tem sua origem nas terras indígenas demarcadas em 1910, sendo cedidas pelo governo do estado de São Paulo ao Serviço de Proteção aos Índios. A reserva indígena de Araribá é representada por dois povos: os Guarani e os Terena, que chegaram ao estado de São Paulo provenientes do sul do

Mato Grosso em períodos diferentes, por motivos diversos. Na perspectiva do estudo, a recuperação da mata ciliar do córrego que nasce e percorre toda a reserva indígena até depositar suas águas no rio Batalha deveria ser olhada com mais atenção, no sentido de propiciar às famílias indígenas, ao longo do tempo, o resgate de suas atividades tradicionais em torno dos corpos de água, como a caça, a pesca e a coleta de frutos. Foi nesse contexto e considerando a necessidade de as comunidades indígenas terem suas terras preservadas que desenvolvi um trabalho de Educação Ambiental com crianças indígenas da escola local, abordando temas como a degradação das florestas ribeirinhas e a necessidade de sua preservação e restauração.

Percebi a complexidade que envolvia as Ciências Biológicas e as infinitas formas de entender seus objetos de estudo, abrangendo as diferentes formas de vidas com o meio e suas relações. Em particular, o interesse em entender a relação do ser humano com o “meio ambiente” me pode ter sido despertada pela área de educação, nesta experiência com projetos de extensão, mas, resguarda as experiências colaterais em contextos da memória familiar de minha infância.

Mesmo depois de formada, continuei desenvolvendo estas atividades na cidade de Bauru, com a perspectiva mais social. Foram experiências marcantes em minha jornada inicial como professora considerando todos os desafios e possibilidades que a profissão docente impõe quando olhamos ensino público brasileiro e almejamos a sua qualidade.

Além da atividade docente, realizada no ensino formal e não formal, desenvolver pesquisas foi um dos meus objetivos profissionais. Por apresentar afinidade com a área ambiental, ingressei em um curso de Especialização em Gestão Ambiental e na monografia apresentada procurei relatar a experiência em um curso de Educação Ambiental, que organizei e ministrei, para professores. O trabalho abordou a experiência como organizadora de um curso de formação continuada em Educação Ambiental para professores do município de Pequiizeiro (TO), realizado na época em que participava de projetos de extensão universitária, como graduanda.

O olhar investigativo sobre a prática educativa me impulsionava a um refinamento de meu objetivo, desenvolver estudos nessa área de pesquisa.

Após ingressar no Mestrado em Educação para a Ciência, o objeto de estudo de minha dissertação foi se delimitando, de certa maneira, remetendo-se à minha história como graduanda. Estava explícito o problema de pesquisa: qual a identidade de alunos de Licenciatura em Ciências Biológicas com o curso frequentado? Como era de se esperar, minhas percepções iniciais foram confirmadas, os resultados da pesquisa mostraram que muitos ingressavam neste curso com o objetivo de se tornarem pesquisadores de áreas específicas, e não professores. Era o que também almejava logo no início de minha graduação.

Ingressando no Doutorado, resolvi retomar uma das áreas que mais me encantavam nas Ciências Biológicas: a Ecologia. Minha intenção era explorar o ambiente natural utilizando os saberes experienciais, os conteúdos científicos e a formação inicial a fim de propiciar momentos nos quais alunos de cursos de Ciências Biológicas pudessem vivenciar e desenvolver pesquisas em Ensino de Ecologia de uma forma mais específica, e em Ensino de Biologia de uma forma mais geral. O foco foi desenvolver estudos sobre relações e interações ecológicas presentes em comunidades vegetais de cerrado do interior do estado de São Paulo, localizadas na Reserva Legal do Campus da UNESP em Bauru, visando à produção de material didático para o Ensino Médio.

Já como professora universitária, dei início ao projeto de pesquisa “Educação para a conservação da biodiversidade na formação de educadores ambientais”. Em andamento e constantemente agregando novos saberes, o projeto dá continuidade à investigação de questões levantadas no meu Doutorado, sendo um dos eixos norteadores dos estudos desenvolvidos no Laboratório de Epistemologia e Didática da Biologia (LEDiB/USP). Tem-se por objetivo discutir aspectos históricos, filosóficos e/ou epistemológicos de conhecimentos relativos à Biodiversidade, a fim de promover um melhor entendimento sobre a natureza desse conhecimento. No início do projeto uma orientação de Iniciação Científica chamou a atenção para aspectos que congregavam anos de meus estudos e voltava-se ao tema conservação da biodiversidade dentro da História Ambiental brasileira nos anos finais do século XX e início do século XXI, delineando-se um olhar sobre o conhecimento tradicional.

É sabido que a diversidade biológica compreende toda a diversidade de organismos que vivem em um espaço, incluindo a diversidade genética, a complexidade ecológica do ambiente, a variedade das interações bióticas e de outros processos biológicos. Mas, o tratamento da Biodiversidade pode ir além ao considerar a diversidade cultural humana, em seus aspectos históricos, sociais, políticos, econômicos, estéticos e éticos. Se olharmos para os processos de viabilização da conservação da biodiversidade em projetos aplicados, aqueles que incluem as comunidades locais afetadas pelas restrições de uso dos recursos naturais são de estimada relevância para o processo de criação, implantação e gestão de unidades de conservação. Considerando que os moradores de comunidades locais são atores essenciais na conservação da diversidade biológica e dos ambientes naturais, entende-se a importância do aprofundamento nos estudos com o aporte teórico da Etnociência, que possibilitam a articulação entre o saber tradicional e/ou local e as pesquisas científicas que tratam do uso e conservação dos recursos naturais.

Mediante o encontro com a pesquisadora que se debruçou em projetos de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso e que impulsionaram sua dissertação de Mestrado, pude entender que as ricas vivências experienciadas em meu processo de formação enquanto pesquisadora e professora, cujo o interesse volta-se à História Ambiental e à construção de conhecimentos na área, convergiram na ressignificação da ideia sobre “meio ambiente”, tão bem retratada pelos povos originários. Tendo por objetivo elencar e entender as práticas, valores e conhecimentos tradicionais sobre os sistemas naturais entre os Kaingang do Paraná, a pesquisa de Mestrado que norteia essa obra aprofundou em narrativas de maneira a verificar como a diversidade cultural pode contribuir para a manutenção e entendimento de um ambiente, suas mudanças e a conservação da biodiversidade local. Ressaltou também a importância da juventude indígena para o resgate e perpetuação desses saberes, sobretudo na perspectiva de sua presença nas universidades. A co-construção da pesquisa voltada à temática ambiental articulada às comunidades tradicionais enfatiza a importância do registro constante dos conhecimentos e cultura Kaingang que revelam olhares amplos e contexto específico a respeito da biodiversidade local e estratégias sustentáveis de uso e ocupação do solo. Mostra-se fundamental olhar para o longo período em que as comunidades ocupam os mesmos territórios

e que suas representações sobre “meio ambiente” tem muito a contribuir para os estudos ambientais, tal qual como defendido por Leff (2007), que transcende um exercício permanente de reflexão, teorização e ação que constrói e transforma a realidade, que convoca diferentes disciplinas e põe em jogo diferentes visões de mundo, sendo a complexidade ambiental o campo que converge diversas epistemologias, racionalidades e imaginários sociais que transformam a natureza e abrem a construção de um futuro mais sustentável.





REFERÊNCIAS
BIBLIOGRÁFICAS

AYRES, Ariadne D. Os Kaingang do Paraná e a Conservação da Biodiversidade: conhecimentos, práticas e valores tradicionais. Dissertação de Mestrado em Biologia Comparada. Ribeirão Preto – SP, 2022.

LEFF, Enrique. Complejidad, racionalidad ambiental y diálogo de saberes: hacia una pedagogía ambiental. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 16, p. 11-19, jul./dez. 2007.





SOBRE
OS AUTORES

ARIADNE DALL'ACQUA AYRES

Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade de São Paulo (USP); Mestre em Ciências e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Biologia Comparada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP-USP). Pesquisadora do Laboratório de Epistemologia e Didática da Biologia (LEDiB), atuando em pesquisas na área de Etnociência, com ênfase na Conservação da Biodiversidade, Ecologia, Educação Ambiental e Povos indígenas. Interessei-me em conhecer e aprender junto às comunidades com seus conhecimentos tradicionais, pensando nisso, o interesse em buscar os povos originários. Depois do primeiro contato com os Kaingang, entendi que não basta apreender o conhecimento tradicional e tentar “qualificá-lo” de acordo com a óptica científica, portanto, estou em busca de divulgar os conhecimentos e tecnologias indígenas dentro do espaço universitário, sempre em colaboração com aqueles que os detêm para construir uma ciência mais heterogênea.

E-mail: ariadneayres5@gmail.com

CAMILA MĪG SÁ DOS SANTOS DA SILVA

Mulher indígena pertencente ao povo Kanhgág do sudoeste do Paraná, casada e mãe. Minha trajetória se inicia quando em 2005 eu participo da retomada de território que hoje é a aldeia em que moro. Além disso, participei de muitos outros movimentos de resistência em prol do povo Kaingang. Graduanda em Ciências Sociais e pesquisadora no projeto Ecologia de Saberes na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Artesã e artista, trabalho com a produção e venda de artefatos culturais e me empoderando cada vez mais da leitura, escrita e fala da língua materna Kanhgág.

Instagram: @camila_knhg_dos_santos @vasan_art_indigena

E-mail: kemilicg@gmail.com

FÁTIMA KOYO LOURENÇO

Sou da etnia Kanhgág da terra indígena Faxinal (Cândido de Abreu/PR). Formada em magistério específico indígena e fui professora de 2007 até 2011 na terra indígena Queimadas (Ortigueira/PR). Bacharela em Enfermagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) participei de projeto de extensão sobre doenças crônicas não transmissíveis (DCNTS) que mais prevalecem na minha comunidade indígena Faxinal. Para nós indígenas a preservação da nossa cultura é muito importante, e, mesmo estando numa faculdade, a cultura está presente nas apresentações, nas comidas ou mesmo com amigos, pois ela nos traz paz e alegria. Somos da natureza e vivemos em harmonia com a floresta. Hoje moro na aldeia indígena Faxinal, onde lá todos os indígenas são falantes da língua materna: o Kaingang. A profissão que escolhi foi pra ajudar a minha aldeia, pois a dificuldade da língua portuguesa é muito grande e por isso vou ser uma enfermeira pra ajudar a todos. Também quero resgatar as ervas medicinais tradicionais da nossa cultura Kaingang

E-mail: fatima251810@gmail.com

FERNANDA DA ROCHA BRANDO

Licenciada em Ciências Biológicas; especialista em Gestão Ambiental; mestre e doutora em Educação para a Ciência, professora do Departamento de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. Meus avós maternos moravam em um sítio no interior do estado de São Paulo, e lá eu passava minhas férias escolares. Foi ali que comecei minha vida de “naturalista amadora”, adentrando o mundo da percepção sobre o “meio ambiente”. Durante a Educação Básica, aprofundi-me no mundo das Ciências Naturais e, assim, relatei minhas percepções de infância com os conhecimentos escolares. Felizmente, pude contar com o grande incentivo de minha mãe, professora de Ciências e de Biologia, grande amante de sua profissão docente. Lembro-me que estudava e preparava suas aulas com metodologias diferenciadas, elaborando estratégias didáticas para que os alunos experenciassem a construção de conceitos tratados pelas ciências. Com ela apreendi muitos conceitos científicos que, na escola, eram muito difíceis de entender. Hoje, desenvolvo

projetos de ensino, pesquisa e extensão em Educação Ambiental, História Ambiental e Sustentabilidade. Coordeno o Laboratório de Epistemologia e Didática da Biologia (LEDIB/USP).

E-mail: ferbrando@ffclrp.usp.br

FLORENCIO REKAYG FERNANDES

Graduação em Pedagogia pela Universidade Católica Diocesana Do Sudoeste Do Paraná. Especialização em Gestão Escolar, Supervisão Escolar, Orientação Educacional. Mestre em Educação - Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Educação - Título: Atuação e Formação de Professores Pedagogos Indígenas no Paraná, pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Indígena, Doutorando no Programa de Pós Graduação em Antropologia na Universidade Federal do Paraná. Pertencente ao povo indígena do tronco Jê - etnia Kaingang com domínio da fala e da escrita. Coordenador Pedagógico no Colégio Estadual Leôncio Correia. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Escolar Indígena.

E-mail: florencio_rekag@yahoo.com.br

JOEL ANASTÁCIO

Indígena do povo Kaingang, pertencente à Terra Indígena de Mangueirinha (Mangueirinha/Chopinzinho/Coronel Vivida- PR). Estudei até a 4ª série dentro da TI, depois tive que ir sempre para outros lugares para terminar meus estudos, sempre enfrentando inúmeros desafios, mas principalmente o preconceito aos povos indígenas por parte de alunos, professores e funcionários. Até o Ensino Médio pude estudar em Mangueirinha próximo a minha comunidade, mas sai a partir do Curso Técnico em Agropecuária no Colégio Agrícola Estadual do Noroeste (CAEN) e depois para cursar Agronomia, que hoje sou graduado pela UEPG. Em todos esses espaços sempre encontramos desafios, principalmente em relação à permanência na universidade por questões financeiras e também pelo preconceito, o que faz com que a desistência entre os indígenas seja muito grande. Hoje, como Engenheiro Agrônomo, trabalho junto ao Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR), desenvolvendo projetos em comunidades indígenas e não

indígenas de produção sustentável. Acho importante pontuar que como estudei a vida inteira em escola pública, eu fico muito feliz em contribuir com a comunidade que eu pertencço e com outras também, retribuindo para sociedade o que me foi ensinado. A sociedade em geral ainda tem uma visão muito antiga e estereotipada de como os povos indígenas são e vivem, muito por causa do que são ensinadas dentro das escolas e livros pedagógicos, o que fortalece ainda mais o preconceito, mesmo que hoje os indígenas estejam contribuindo para melhorar e reverter isso.

E-mail: joelanastacio22@gmail.com

MIRIAN GUIMARÃES DE FREITAS

Sou da etnia Kaingang, da aldeia Kakané-Porã (Curitiba/PR). Graduanda em Medicina, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e Bolsista no Laboratório de Estudos do Texto. Escolhi medicina desde que me conheço por gente. Cresci com esse sonho fixo na alma e tenho certeza que essa é a minha missão nessa vida. Daqui 2 anos me formo e quero contribuir com a minha comunidade os conhecimentos que adquiri durante esses anos de faculdade. Tenho orgulho imenso das minhas raízes, afinal foram elas que me tornaram o que sou e espero contribuir para inspirar outros indígenas a lutarem pelo o seu sonho de entrarem em uma universidade.

E-mail: mirianguimaraes17@gmail.com

REGINA APARECIDA KOSI DOS SANTOS

Sou da etnia Kaingang, moro na aldeia indígena Faxinal (Cândido de Abreu/PR) onde nasci, apesar de já ter residido em outras 3 aldeias: Palmas, Rio das Cobras e Mangueirinha. Sou Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e também Graduada em Licenciatura em História pela mesma universidade. Integrante do Coletivo de Estudos de Ações Indígenas (CEAI).

E-mail: 0608pdd@gmail.com

ROSÂNGELA VÃNKAM INÁCIO

Indígena do povo Kaingang e professora bilíngue. Graduada em Pedagogia e Pós Graduada em Psicopedagogia. Trabalhei durante 35 anos na FUNAI na área da educação escolar indígena, como coordenadora das escolas indígenas. Fui representante dos professores indígenas da região Sul junto ao MEC por 2 anos. Mesmo aposentada continuo ajudando as escolas, ajudando os professores, nas publicações, ajudando estudantes universitários indígenas.

E-mail: rokaingang@gmail.com

VANESSA NERES

Indígena do povo Kaingang e professora na escola indígena. Graduanda no curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO). Influenciadora e comunicadora indígena. Moradora da terra indígena Mangueirinha, a maior reserva de araucária nativa do Brasil, localizada no estado do Paraná.

Instagram: @vanessa_fe_ha

E-mail: vanessagoitoto25@outlook.com

WILLIAN MACIEL

Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Kaingang da Terra indígena de Mangueirinha - PR. Pesquisador na área de Direito Constitucional e Direito dos Povos Indígenas.

E-mail: willianmiller28@gmail.com



Livro de distribuição gratuita. Venda proibida.



CAPES

USP